

RACIONAMENTO

Não se tem notícia de que problemas climáticos em países como a Noruega e o Canadá — igualmente dependentes de usinas hidrelétricas para o abastecimento — tenham afetado o fornecimento. A diferença é que nesses países os rios estão preservados

Seca não justifica crise de energia

Marina Oliveira
Da equipe do Correio

No Brasil, água é igual a eletricidade (95% da produção nacional sai de hidrelétricas, movidas pela força da água). Isso não significa, no entanto, que a falta de chuva precise resultar em escassez de energia. Até porque as secas fazem parte dos ciclos climáticos, desde os primórdios, e as hidrelétricas têm dispositivos para lidar com os "humores da natureza". Dois argumentos muito fortes ajudam a enterrear de vez a tese de que a meteorologia tem a maior parcela de culpa pelo racionamento de energia no país: o Canadá e a Noruega.

Os dois países adotam uma matriz energética muito semelhante à brasileira, com a maior parte da energia sendo gerada em usinas hidrelétricas. Mas não se tem notícia de problemas climáticos nesses países que tivessem provocado escassez de energia. Vale lembrar que o Canadá possui algumas regiões pouco chuvosas, nas montanhas, e um vasto território permanentemente gelado.

Uma comparação mais demorada dos dois países com o Brasil permite observar diferenças importantes, sem nenhuma relação com secas ou enchentes naturais. Segundo João Salles, assessor da diretoria de hidrologia do Serviço Geológico do Brasil (CPMR), responsável por levantamentos sobre a água e os minerais do solo, há uma série de fatores que influenciam a diminuição nos níveis dos reservatórios. Entre eles, a situação dos rios. "Os mananciais de água foram muito alterados e não retêm mais a mesma quantidade de líquido", observa o especialista.

O problema começa pequeno. Um desmatamento das margens (independentemente de extensão) deixa o solo nu e diminui a capacidade de absorver água depois da chuva. Sem plantas para ajudar a segurar o solo, o movimento do rio acaba levando a terra para seu leito, provocando o chamado assoreamento — o rio perde profundidade e vazão tamanho a quantidade de sedimentos sólidos depositados nele.

No coração do Pantanal no Mato Grosso do Sul, o Taquari — próximo à fronteira do Brasil com a Bolívia — ilustra bem o drama dos rios brasileiros. Em alguns trechos, leva-se 40 horas para percorrer uma distância de 100 quilômetros. As embarcações maiores não conseguem navegar. As menores esbarram em bancos de areia no meio do rio a todo momento, tornando a travessia um exercício de paciência. Até aí parece um problema que afeta apenas a vida dos pantaneiros da região.

Se esse rio ou seu afluente abas-

tece uma hidrelétrica, no entanto, o problema vira assunto do interesse de todos. Isso porque a quantidade de energia produzida numa usina depende da força da água (combinação da vazão do líquido e também do tamanho da queda, como em Itaipu onde se aproveita as cataratas da Foz de Iguaçu). O assoreamento reduz a vazão do rio e a longo prazo diminui a quantidade de água.

E tem mais. A destruição dos mananciais não é causada somente por obras gigantescas ou atividades intensas de desmatamento. Em regiões secas, como o sertão semi-árido do nordeste, por exemplo, fazendeiros ou prefeituras de pequenos municípios costumam barrar o rio para armazenar água. "O problema é que um barramento na cabeceira do

rio afeta o outro feito mais adiante. Além disso, impede a circulação da água e acaba com a vazão do rio", explica Lúcia Porreca, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Por isso, reverter esse processo de alteração dos mananciais de água requer um esforço concentrado. Não apenas do governo, mas principalmente da população. "Não se pode impedir o desenvolvimento para preservar o rio. Mas se é preciso construir um porto pode-se escolher a melhor localização

para fazê-lo", ensina Lúcia. Os Comitês de Bacias Hidrográficas, hoje incluídos na política nacional de recursos hídricos, têm um papel essencial nesse processo. A idéia é que a comunidade de cada bacia hidrográfica do país possa discutir junto com especialistas a melhor maneira de usar a água disponível. Todos os projetos precisariam passar pelo crivo desse comitê. Para fazer cumprir essa determinação, no entanto, é fundamental investir em educação ambiental. Só assim, um fazendeiro, por exemplo, saberia a importância de consultar o comitê antes de fazer o barramento de um rio que passa por sua propriedade por conta própria.

O uso de satélites para localizar barragens irregulares ou regiões de desmatamento também ajudariam na fiscalização. Nesse ponto, entra outro problema: a falta de recursos. O custo de manter equipamentos desse tipo é muito alto e incompatível com o orçamento destinado ao meio ambiente.

Recuperar grandes rios — como o São Francisco — é possível. Mas também com muito dinheiro. "Custa caro ter uma equipe técnica qualificada para fazer os estudos e levantamentos necessários antes de qualquer intervenção no rio. Depois, vêm os gastos com consultorias externas e eventuais obras", lembra Lúcia.

“OS MANANCIAIS DE ÁGUA BRASILEIROS FORAM MUITO ALTERADOS DO PONTO DE VISTA AMBIENTAL E NÃO RETÊM MAIS A MESMA QUANTIDADE DE LÍQUIDO. ISSO TAMBÉM INFLUENCIA O NÍVEL DOS RESERVATÓRIOS DAS USINAS”

JOÃO SALLES
Assessor da diretoria de hidrologia do Serviço Geológico do Brasil (CPMR)

Documentação

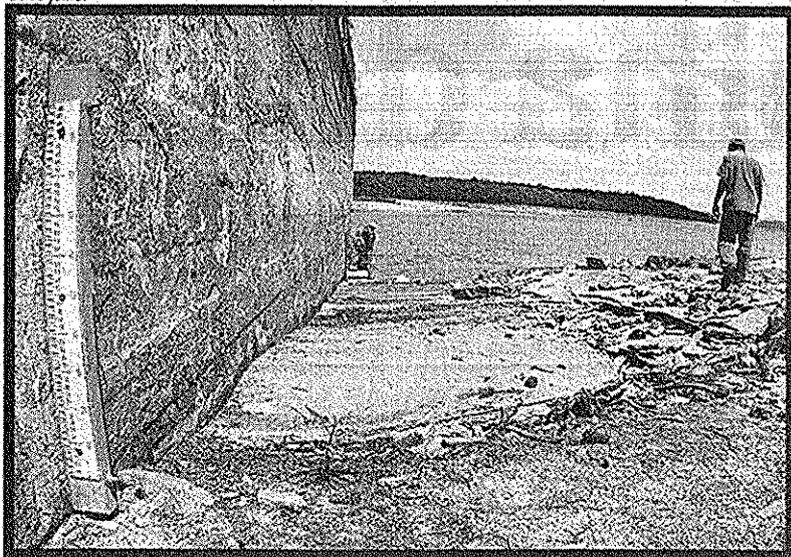
SOCIOAMBIENTAL

Fonte: CB (Terra do Brasil)

Data: 5/5/2001 Pg 9

Class: 16

Celso Júnior



BARRAGEM DO SISTEMA COTIA, SÃO PAULO: APENAS 18,6% DA CAPACIDADE

Estiagem esperada

Desta vez, a seca não aconteceu no Nordeste. A estiagem tão falada nos últimos dias, culpada pelo racionamento de energia, aconteceu no Sudeste. Daí a gravidade da situação. Isso porque as regiões Sul e Sudeste respondem por mais da metade da geração de energia no país.

Segundo o Instituto de Meteorologia (Inmet), a estiagem registrada entre janeiro e abril foi a pior das últimas duas décadas. Normalmente, a falta de chuva no Sudeste, nesse período, não ultrapassa duas sema-

nas. Este ano, foram quase 40 dias sem uma gota de água. O governo culpa a variação climática pela situação dos reservatórios — no Sudeste e Centro-Oeste chegaram ao início de maio com 32,1% de sua capacidade. O mínimo necessário para atravessar a seca (maio a novembro) sem risco de falta de energia seria 49%.

A estiagem não chegou de surpresa. Hoje, existem modelos de previsão do tempo que permitem com 90 dias de antecedência o comportamento das chuvas. (MO)

Class.	16
Data	5/5/2001 Pg 9
Fonte	CB Terra do Dia
SOCIOAMBIENTE	
Documentação	